Inclusão e Acessibilidade no Projeto Fotográfico Déco em Movimento[1]

Cristianne Melo[2]
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

A sociedade oculocêntrica recorre em excesso ao visual para comunicar, educar e produzir arte. Porém, ao retirarmos as imagens, o que seria revelado? Este texto propõe uma expansão sobre o ver e uma reflexão a partir do conceito de interdependência, para isto busca compartilhar um ensaio teórico e técnico sobre inclusão e acessibilidade no Projeto de exposição fotográfica Déco em Movimento, principalmente junto as pessoas não videntes e baixa visão. O referencial teórico atravessa questões propostas por Didi-Huberman (2010), Derrida (2012), Alves (2015), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Acessibilidade; Fotografia; Não vidência; Baixa visão.

INTRODUÇÃO

Para a desconstrução do paradoxo *imagem X não vidência*, faz-se necessário compreender que o convívio com a cultura visual vai além da capacidade de enxergar, pois usufrui-se das instâncias da visão, visualidade e visualização, em unicidade ou agrupamento.

Segundo Kosminsky (2013), a *visão* corresponde a capacidade de enxergar; a *visualidade* a um olhar como fator social, histórico, corporal, que obedece aos processos socioculturais e forjam padrões imagéticos; a *visualização* torna visível uma cena, mesmo que mentalmente, uma vez que se refere ao mecanismo subjetivo de criação.

Neste panorama, é fundamental entender que a visualidade e visualização não depende da visão, pode-se construir imagens mentais por meio de outras percepções, bem como pela construção textual e semântica. Afinal, nossos contextos de mundo também são moldados por outros sentidos, os órgãos sensoriais e o próprio corpo não são aparatos neutros.

---

[1] Trabalho apresentado no GT "Fotografia e Educação".
[2] Professora do Curso de Arte e Mídia (UFCG) e doutoranda no Programa de Educação Artística da Universidade do Porto (FBAUP), e-mail: cristianne.melo@gmail.com

Há uma dualidade sensorial (sentidos) e semântica (simbólica) nas imagens, e ao perceber que elas não se encontram na fisicalidade do objeto, compreende-se que a visualidade acontece no interior de quem vê. “Devemos fechar os olhos para ver quando o ato de *ver* nos remete, nos abre a um *vazio* que nos olha, nos concerne e, em certo sentido, nos constitui” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.31). Para este autor, é preciso fechar os olhos para ver, ou ainda, abrir os olhos para experimentar o que não vemos.

Neste mesmo sentido, Derrida (2012) ressalta que existem coisas que se vê sem ver, e que não se vê ao ver, pois o ver não se refere unicamente aos nossos olhos, como naturalmente se pensa. O ver associa-se à visibilidade que se dá a ver sob uma superfície do invisível, cujo a percepção atua e se relaciona com o apreender, indicando que criação e recepção não são exclusivamente visuais.

No entanto, construímos uma sociedade preeminentemente visual, basta refletir os discursos que envolvem a fotografia, principalmente nos espaços educacionais (formas, não formais e informais). Solidificou-se uma prática instrumentalizada, pautada na propagação de aspectos técnicos, regras compositivas e metodologias analíticas.

Dificilmente se questiona o oculocêntrismo vigente, e nossa compreensão sobre o ver é limitada. A segregação dos sentidos e seu uso no formato industrial tem agravado marcadores de afastamento para as pessoas com deficiência. Nos organizamos em modelos sociais de exclusão, segregação, até integração, mas dificilmente de inclusão.

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a pessoa com deficiência tem direito à cultura em igualdade de oportunidade, em que esteja garantido o acesso à bens culturais em formato acessível, bem como à espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais, esportivos, dentre outros. (LBI, 2015, Cap 9, art 42). Contudo, os espaços culturais, artísticos e museológicos promovem a acessibilidade? O quanto estamos contribuindo para diminuir as barreias arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, tecnológicas?

Em todos estes cenários há imensas lacunas, existe desprezo governamental e social. Justifica-se a falta de inclusão e acessibilidade por

questões financeiras ou falta de conhecimento. Mas, no cenário oposto este artigo se constrói, e ao encarar a fotografia como ferramenta educacional, busca compartilhar uma experiência na inclusão de Pessoas com Deficiência Visual (PCDVisual) em uma exposição fotográfica. Para tanto, recorre-se ao Projeto Déco em Movimento, realizado pelo paraibano Jorge Barbosa, ano de 2021, na cidade de Campina Grande (PB), sob a consultoria de acessibilidade de Cristianne Melo.

FOTOGRAFIA INCLUSIVA COM DÉCO EM MOVIMENTO

Déco em Movimento[3] surge do desejo de preservação e valorização do patrimônio arquitetônico/cultural em Art Déco na cidade de Campina Grande (PB). De autoria do jornalista e fotógrafo Jorge Barbosa, o projeto esteve em exposição no mês de agosto de 2021, na Galeria de Artes Irene Medeiros, situada no Teatro Municipal do município em questão. Ao todo, são 15 imagens documentais que fazem refletir a fotografia documental, sobrevivência, transformações e crescimento urbano.

Além disto, buscou-se promover a acessibilidade, principalmente junto à PCDVisual, uma vez que o projeto apresentou legendas em braille, audiodescrição (uso de *qr-code*[4]), piso de alerta e descrição das imagens nos conteúdos divulgados em redes sociais. Já a inclusão deu-se por meio da participação produtiva dos professores, como também pela visita e processo de escuta com os alunos do Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste – IEACN. Isto posto, apresenta-se neste artigo um relato de produção de cada tecnologia assistiva, bem como a resposta dos alunos IEACN.

Os textos das legendas foram produzidos pelo historiador Thomas Bruno e adaptados por Cristianne Melo para a transcrição em braille. Tal ajuste prezou pela objetividade nas informações históricas e características físicas das edificações, já que o estilo Déco é norte condutor do projeto. Além disto, algumas expressões que utilizavam palavras sobre visão para mencionar o

[3] Rede social do projeto disponível em: https://www.instagram.com/decoemmovimento/
[4] Código gráfico visual, barrametrico, que pode ser escaneado pela câmera fotográfica de smartphones. Esse código direciona para um endereço na internet.

sentir/percepções foram reajustadas, como por exemplo: "...é preciso *olhar* além das marquises" ou "Das janelas, *vemos* o tempo passar", optou-se por "Das janelas, *sentimos* o tempo passar".

As marquises e as fachadas das edificações, os objetos presentes nas ruas, o momento do dia – se dia, entardecer ou noite – foram descritos. Mencionou-se a quantidade de janelas, seus formatos e cores. Tal construção buscou seguir as Normas técnicas para a produção de textos em Braille (2018), e o processo de revisão e impressão foi realizado pelas professoras Adenize Queiroz e Mércia Rodrigues, atuantes no IEACN.

Para a instalação do material físico, instalou-se a partir de 1,40m do piso para baixo, conforme a Norma Brasileira de "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos", ABNT NBR 9050 (2015). Neste documento é possível encontrar as dimensões máximas, mínimas e confortáveis para alcance manual frontal, considerando pessoas em pé e sentadas. Desta maneira, entre 1,40 e 1,55m encontra-se a altura do centro da mão, com o braço estendido formando 45° com o piso, alcance máximo confortável em pé, bem como 1,35m para sentado.

Na instalação das legendas em texto e *qr-codes* pensou-se no campo visual para o acolhimento dos videntes, mas também das pessoas com baixa visão e com diferentes corpos. Assim, considerou-se o manual de Acessibilidade aos Museus (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012), cujo indica zonas de acesso visual para pessoas com diferentes estaturas, tais como: cadeirantes, idosos, crianças e adultos. O campo visual deve situar-se entre 0,90m e 1,40m do solo (considerando o visitante a uma distância de 1m), devendo privilegiar uma zona entre 1m e 1,20m.

Após a visita dos alunos do IEACN, pontua-se alguns resultados: Os textos em braille fixados verticalmente na parede precisam ser curtos, e para acrescentar detalhes descritivos indica-se o uso da audiodescrição, uma vez resumidos o espaço físico ocupado também será, o que reduz o cansaço dos braços, punhos e mãos; A altura de 1,40m para legendas em braile não é suficiente, ao final da leitura do texto, os braços estão desconfortáveis e bastante tencionados.

Imagem 01: Leitura da legenda em braille.

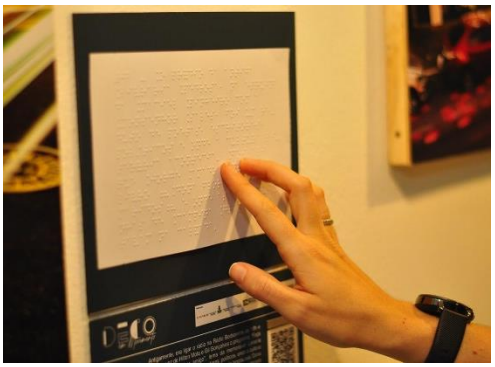
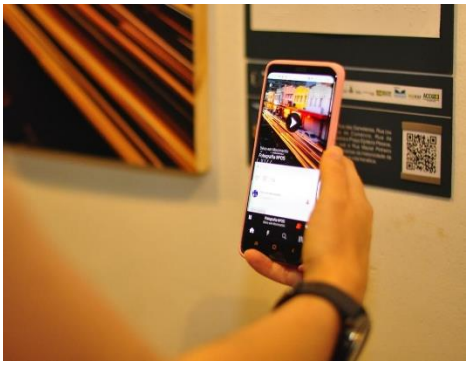


Imagem 02: *Smartphone* escaneando o *qr-code*.



Fonte: Dados do projeto. Fotografias por Jorge Barbosa.

Descrição das imagens: Na imagem à esquerda, observa-se uma mão de pele branca e utilizando relógio redondo preto tatear a legenda em braille fixada na parede. Imagem à direita: No primeiro plano a mesma mão segura um *smartphone* em que aparece no visor uma foto da exposição com o ícone de *play* centralizado, e no plano de fundo nota-se a legenda em texto e o *qr-code* presos à parede. Todas as legendas apresentam moldura cinza escuro.

Logo, recomenda-se o uso do balcão/toten para repousar as legendas, não sendo possível, aconselha-se fixar a partir de 1,50m do piso para pessoas em pé e uma cópia da legenda fixada à 1,20m para pessoas sentadas. Importante pontuar que tais medidas não são regras inquestionáveis, já que a alturas dos visitantes variam, os valores indicados são resultados da experiência tratada nesta pesquisa.

As legendas em texto e o *qr-code* com *link* para audiodescrição foram inseridas logo após o braille, contudo tal altura também ficou abaixou do esperado e dificultou a leitura e escaneamento dos códigos, sendo mais indicado a disposição lateral, prezando pela colagem em alturas maiores em relação ao piso.

Outro recurso utilizado para tornar a exposição fotográfica acessível, principalmente, às pessoas com deficiência visual, foi a audiodescrição. Esta tecnologia assistiva refere-se à transformação de imagens em palavras, portanto, informações visuais são acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão. Segundo Patrícia Braille (2020)[5], também beneficia pessoas com dislexia, deficiência intelectual ou déficit de atenção.

A mesma autora associa audiodescrição com o processo com de descrição das imagens, e destaca alguns mecanismos, como: contextualizar a cena (onde, quem, como, o que está fazendo); utilizar a ordem de leitura da

[5] Curso de *Ledor na Perspectiva da Audiodescrição*, online: Palavra-chave acessibilidade, 2020.

cultura em questão (no nosso caso ocidental); criar uma sequência lógica descrevendo cada ação - uma após a outra; utilizar frases curtas; não emitir opinião pessoal; evitar vocabulário rebuscado; citar cores e suas variações cromáticas. Este último leva em consideração pessoas que já enxergaram, baixa visão e os demais beneficiados.

Para o Projeto Déco em Movimento, além do norte de tais indicações, as descrições recebiam um cuidado especial para as características arquitetônicas das fachadas no estilo Art Déco, uma vez que é importante a coerência entre acessibilidade e conteúdo. As faixas de som foram abrigadas em uma plataforma gratuita *online* para publicação de áudios, *soundcloud*, e poderiam ser acessados por meio dos *qr-codes*[6]. Além disto, nas redes sociais do projeto, as imagens recebiam descrição com o uso das *hashtag* #PraCegoVer e #PraTodosVerem.

Baseado na participação dos alunos da IEACN percebeu-se que para aqueles com baixa visão, a utilização do recurso não apresentou dificuldade, mas para os não videntes, a estratégia necessitava de mais atenção por parte dos monitores que acompanham a visita. De uma forma geral a experiência foi bastante positiva, destaca-se um maior interesse em ouvir comparado a leitura tátil, a disponibilidade do conteúdo para aqueles que ainda não leem o braille, bem como o favorecimento das construções de visualidades e visualizações.

Apesar disso, o método depende de *smartphones*, acesso à internet e, por vezes, uso do fone de ouvido. Destaca-se que a Galeria de Artes Irene Medeiros não disponha de nenhum destes recursos e que a pandemia da Covid-19 impediu o compartilhamento de fones de ouvido, bem como requisitou a higienização dos celulares e das mãos constantemente.

Quanto as adequações no piso, buscou-se seguir a Norma Brasileira ABNT NBR 16537 (2016), que se refere a “Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação”. O piso tátil apresenta alto relevo e contraste sobre o piso adjacente, e tem como objetivo arquitetar uma linha-guia para orientar e sinalizar perceptivelmente as pessoas com deficiência visual. O mesmo documento também indica a utilização de

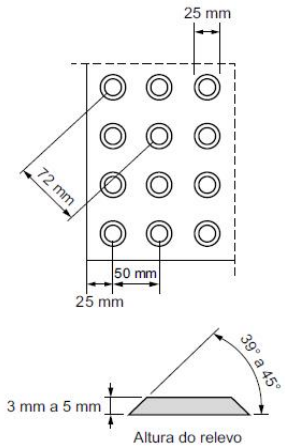
[6] Todas as audiodescrições do projeto podem ser ouvidas em: https://soundcloud.com/user-810359796

marcações tanto para o piso direcional (lineares), quando para o piso tátil de alerta (círculos). Para este último, indica-se de relevos de seção tronco-cônica, com diâmetro de entre 24 e 28mm, altura entre 3 e 5mm, e distância horizontal entre 42 e 52mm (Imagem 03).

O Projeto Déco em Movimento foi exposto na Galeria de Artes Irene Medeiros, tal ambiente não apresenta acessibilidade arquitetônica, tanto na disposição do mobiliário, quando no piso que é caracterizado por baixo relevo no encontro das cerâmicas, há neste formato uma dificuldade de mobilidade, principalmente, por meio do uso da bengala-guia. Perante este cenário, trabalhou-se apenas com uma pequena quantidade de relevos de alerta para sinalizar a localização das legendas em braille e *qr-code* da audiodescrição. O formato e as dimensões seguiram a ABNT NBR 16537.

Tais marcações funcionaram minimamente, e após explicação por parte da organização do projeto, os alunos do IEACN identificaram a diferença de padrão e ao recorrer a percepção tátil norteada com os pés, identificaram o local das legendas. Faz-se necessário pontuar que esta não deve ser uma solução adotada por outros projetos, ela reflete a falta de preparo nos espaços culturais, de políticas públicas e a omissão da cobrança social.

Imagem 03: Formatação do piso de alerta.



Fonte: ABNT NBR 16537.

Imagem 04 e 05: Adequações no piso para a exposição.

Fonte: Dados do projeto. Fotografias por Jorge Barbosa.

Descrição das imagens: Três imagens foram dispostas lado a lado. A primeira é um esquema gráfico sobre o piso de alerta. Há desenhos de círculos com indicação de medidas e espaços. Na segunda uma mulher branca de camisa preta e calça jeans visita a exposição, ela segura um celular com a mão direita direcionado para as legendas. Na terceira imagem, três círculos de borracha na cor preta estão colados no piso de cerâmica cinza.

Refletir sobre a recepção imagética por pessoas não videntes ou baixa visão é também expandir a compreensão sobre o ver. Há uma densa relação entre fotografia, construções sociais e memória. Vivências como a publicada são educativas, favorecem a edificação do conhecimento e promovem o encontro com temáticas que, muito provavelmente, não iriam ocorrer espontaneamente.

Ao apoiar tais recursos de acessibilidade o projeto Déco em Movimento impulsiona reflexões sobre as possibilidades e potencialidades da inclusão, ilustra como é possível favorecer a participação de pessoas não videntes e baixa visão mesmo em uma ação artística fotográfica, pois imagens não são exclusivas para quem enxerga.

A INCLUSÃO POR MEIO DA INTERDEPENDÊNCIA

Alves (2015) nos convida a pensar sobre inclusão e o conceito de interdependência, e recomenda um conhecimento produzido *com* o outro e não *para* o outro, ou *no lugar* do outro. A perspectiva do trabalho está na troca, no fazer juntos e não somente na integração, que muitas vezes se resume a destinação de lugares reservados.

A interdependência acontece com a participação dos professores e alunos do IEACN no projeto Déco em Movimento, pois ao mesmo tempo em que tais estudantes aprendem sobre sua cidade, fotografia e o patrimônio arquitetônico; os organizadores e monitores da exposição fotográfica instruíram-se sobre mobilidade, braille, audiodescrição e, claro, aprenderam a perceber novas subjetividades muitas vezes inibidas pela sociedade oculocêntrica.

Ao expandir o ver, descontrói-se o entendimento sobre ausência de visualidades, da deficiência, pois não há um corpo defeituoso, há uma forma diferente de sentir e expressar. A falta de eficiência e capacidade de agir reforça, no sentido antagônico, um entendimento de normalidade em outros corpos. Socialmente ordena-se deficiência e eficiência, contudo faz-se necessário problematizar a normalidade não-marcada, já que o entendimento

sobre deficiência é uma questão política, definindo quem somos e o que conta nos coletivos sociomateriais (MORAIS; ARENDT, 2011).

Steyn (2015) nos faz refletir sobre categorizações para pensar as diferenças, cujo sistema opressor é construído socialmente dentro de relações de poder desiguais. No interior destes marcadores criam-se opostos binários no qual um lado é valorizado acima do outro. Desta forma, o contrário deficiência/eficiência obscurece as variações humanas e solidifica a eficiência como regularidade válida. Na sequência, este pensamento é sedimentado e empregado no senso comum.

A sociedade ostenta poder e expectativa sobre os não videntes, diante disto, é preciso estar atento ao não reforço do capacitismo e fetichismo. Não alimentar uma relação biopolítica, que pretendendo a inclusão, pode exercer um controle excessivo - escondido no discurso da proteção –, como também exigir mais do que a pessoa consegue fazer – na justificativa e busca por modos de existências mais livres em prol da autonomia e reparo à deficiência (PAGNI, 2019).

Nos últimos anos, a participação de pessoas com deficiência em redes sociais tem levantado reflexões importantes, como: esforços individualizados, invisibilidade social e pouco recursos para a navegabilidade. O investimento em tecnologias assistivas é lento, como leitores de tela, teclados e conversores em braille, configurações de modo de visualização (modo escuro e ampliação dos caracteres), bem como o incentivo às práticas, como as descrições textuais de imagens, por exemplo.

Para Bavcar (2015), as pessoas com deficiência encontram-se em privação de liberdade, pois têm pouco acesso à riqueza cultural do mundo.

> Estamos apenas começando a evocar esse problema, porque durante séculos fomos acostumados a ser silenciados e a ouvir os outros, fomos acostumados a que outros falassem em nosso nome, em vez de termos nosso próprio discurso, de nós mesmos falarmos sobre nossas necessidades, nossa liberdade e nossa escravidão – ou seja, nossa maneira de sermos privados da liberdade (BAVCAR, 2015, p.4).

Arte e educação constroem uma amálgama viva, que se imbricam em prol do conhecimento, assim como deveria ser nossas produções inclusivas, na

busca da ampliação dos nossos lugares no mundo, pertencentes a qualquer indivíduo. E ao estimular a capacidade crítica e comunicativa, seja por meio da fotografia ou qualquer poética, permite-se analisar e modificar a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Déco em Movimento também proporcionou debates com estudantes de graduação em curso correlacionados, como jornalismo, arte, arquitetura e design. O movimento se fez. Partilhou-se o que fora aqui escrito. Tornou-se nítido a potencialidade da fotografia, refletida em vários linguagens e percepções, no imagético, na oralidade, gestual, por meio do tato, entre outros. Importante mencionar que não há o estímulo à instrumentalização, esta pesquisa foi escrita e divulgada na defesa da experimentação e ensaio, na observação das singularidades de cada projeto, na diferença de cada um.

A visita dos alunos do IEACN completa e abre um ciclo. Conclui pela troca no processo de escuta, pois nada adiantaria a ascensão da acessibilidade sem esta presença. O projeto estimula porque nos expande para o novo, indica que há muito mais para conhecer ao não ver. É fala no silêncio. Um convite para sair da programação, reorganizar a estratégia, repensar as barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais, por exemplo. Ao criar projetos inclusivos e acessíveis, não existe generosidade, é obrigação civil, social e política, prevista em lei.

“Nada sobre nós sem nós”. Esta é a defesa das pessoas com deficiência. Apoiado nesta compreensão propomos uma reflexão sobre a produção fotográfica inclusiva, desenvolvendo um espaço para todos e todas, pois é nesta junção das diversidades, que a exclusão e hierarquizações desaparecem. A cultura visual é um fato, nos circunda e é consumida por inúmeras pessoas, logo questionar o oculocentrismo é essencial.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. Norma Brasileira de Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência às Edificações, Espaço Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015.

ABNT NBR 16537. Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016.

ALVES, Camila Araújo. Acessibilidade cultural: a criação de outros modos de ver e não ver no espaço do museu. **Revista Forum**. Rio de Janeiro, n.32, pp. 38-50. 2015. e-ISSN: 2525-6211.

BAVCAR, Evgen. O museu de outra percepção. LEYTON, Daina *et al*. **Programa igual diferente**. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2015.

BRASIL, 2015, Lei 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille** / elaboração: Brasília-DF, 2018.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus**. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Pensar em não ver**: escritos sobre as artes do visível (1979-2004). Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Trad. Paulo Neves. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

KOSMINSKY, Doris. Visualidade e visualização: olhar, imagem e subjetividade. *In*: SZANIECKI, Barbara; DIAS LESSA, Washington; MARTINS, Marcos; MONTA, André Soares. **Dispositivo fotografia e contemporaneidade**. Rio de Janeiro: NAU; PPD ESDI/UERJ, 2013.

MORAIS, Marcia; ARENDT, Ronald João Jacques. Aqui eu sou cego, lá eu sou vidente: Modos de ordenar eficiência e deficiência visual. **Revista Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n. 61, pp. 109-120. 2011. ISSN: 19838239.

PAGNI, Pedro Angelo. **Biopolítica, deficiência e educação**: outros olhares sobre a inclusão escolar. São Paulo: Unesp Digital, 2019.

STEYN, Melissa. Critical diversity literacy: Essentials for the twenty-first century. VERTOVEC, Steven (Org). **Routledge international handbook of diversity studies**. 1.ed. New York: Routledge, 2015.